



Número: **0601936-89.2022.6.16.0000**

Classe: **AGRAVO REGIMENTAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dra. Flavia da Costa Viana**

Última distribuição : **29/09/2022**

Processo referência: **06019342220226160000**

Assuntos: **Registro de Candidatura - RRC - Candidato, Cargo - Segundo Suplente de Senador**

Objeto do processo: **Registro de Candidatura - RRC - Candidato - PARTIDO DA CAUSA OPERARIA
ORGAO DEFINITIVO PARANA - PR - ESTADUAL - ANTONIO CESAR GUARIZA - Cargo 2º Suplente
Senador**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO CESAR GUARIZA (AGRAVANTE)		JULIANO ALESSANDER LOPES BARBOSA (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43178 407	02/10/2022 16:37	Decisão	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

AGRAVO REGIMENTAL (1321) 0601936-89.2022.6.16.0000

AGRAVANTE: ANTONIO CESAR GUARIZA

Advogado do(a) AGRAVANTE: JULIANO ALESSANDER LOPES BARBOSA - DF31816

DECISÃO

Trata-se de expediente apresentado por ANTONIO CESAR GUARIZA, requerendo a reconsideração da decisão que indeferiu seu Requerimento de Registro de Candidatura para concorrer ao cargo de 2º Suplente de Senador, pelo Partido da Causa Operária, ante o não preenchimento das condições de registrabilidade.

Aduzindo que somente neste momento conseguiu a documentação exigida, junta a certidão negativa do 2º Ofício Distribuidor de Curitiba e requer o deferimento de seu registro de candidatura (ID 43164803).

É o relatório.

Considerando que o pedido de reconsideração foi apresentado no prazo de 3 (três) dias da decisão que julgou os embargos de declaração, ante o princípio da fungibilidade, recebo-o como Agravo Interno, nos termos dos arts. 33 e 121 do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e 62, §3º da Resolução TSE nº 23.609/2019.

Como relatado, o presente agravo interno objetiva o deferimento do requerimento de registro de candidatura de ANTONIO CESAR GUARIZA, indeferido em razão da não apresentação da certidão expedida pelo 2º Ofício Distribuidor de Curitiba (ID 43097110), ora apresentada.

A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral e deste Regional é no sentido de que é possível a apresentação de documentos em sede de registro de candidatura, desde que não esgotada a instância ordinária, como bem se observa:

DIREITO ELEITORAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ORDINÁRIO. ELEIÇÕES



2018. REGISTRO DE CANDIDATURA DEFERIDO. DEPUTADO ESTADUAL. JUNTADA DE DOCUMENTO ANTES DO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. POSSIBILIDADE. NÃO INCIDÊNCIA DA INELEGIBILIDADE DA ALÍNEA L DO INCISO II DO ART. 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990. DESPROVIMENTO.

(...)

3. A apresentação de prova de desincompatibilização é condição de registrabilidade, necessária para verificar a incidência da causa de inelegibilidade prevista no art. 1º, II, I, da LC nº 64/1990. Tendo em vista que se trata de questão relacionada à inelegibilidade, cabível o recurso ordinário.

4. Como forma de privilegiar o direito fundamental à elegibilidade, deve ser admitida a juntada de documentos faltantes enquanto não esgotada a instância ordinária, desde que não haja prejuízo ao processo eleitoral e não fique demonstrada a desídia ou a má-fé do candidato. Precedentes.

5. No caso, o candidato, quando da interposição do recurso, apresentou declaração de desincompatibilização que atende ao disposto no art. 28, V, da Res.-TSE nº 23.548/2017.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(TSE. Recurso Ordinário nº 060259561, Relator Min. Luís Roberto Barroso, Publicado em Sessão, 19/12/2018)

EMENTA: RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2020. REGISTRO DE CANDIDATURA INDEFERIDO - LISTA DE DOCUMENTOS DO ART. 11, §1º, DA LEI Nº 9.504/97 - NÃO APRESENTAÇÃO DE FOTO E DECLARAÇÃO DE BENS - JUNTADA DA CERTIDÃO APÓS PEDIDO DE REGISTRO - POSSIBILIDADE - RECURSO PROVIDO.

1. Conforme redação do art. 11, § 1º, da Lei nº 9.504/97, o pedido de registro de candidatura deverá ser instruído com um rol de documentos, dentre eles declaração de bens assinada pelo candidato e fotografia do candidato, nas dimensões estabelecidas em instrução da Justiça Eleitoral.

2. É admitida a apresentação de documentos após a prolação da sentença, enquanto não esgotada a via ordinária. Precedentes TSE.

3. Recurso conhecido e provido.

(TRE-PR. Recurso Eleitoral nº 06005695420206160144, Relator Des. Fernando Quadros da Silva, DJE 18/02/2021)

Apresentado o documento faltante, verifica-se que o requerimento de registro de candidatura, que não foi impugnado, merece deferimento.

De início, houve a demonstração da regularidade de atos partidários do Partido da Causa Operária - PCO, conforme decisão proferida nos autos nº 0601934-22.2022.6.16.0000 (ID 43078828).



O candidato apresentou declaração de bens (ID 43050768) e fotografia atendendo aos requisitos previstos no art. 27, II, da Resolução TSE 23.609/2019.

Restou comprovado o preenchimento das condições de elegibilidade previstas no art. 14, §3º, da Constituição Federal. O candidato é brasileiro e tem mais de 30 anos, consoante se infere do documento de identidade juntado no ID 43042521. A alfabetização foi comprovada por meio certificado de conclusão de curso supletivo de 1º Grau (ID 43042523).

A certidão emitida pela Secretaria Judiciária, nos termos do art. 28 da Resolução TSE 23.609/2019, dá conta de que o candidato é alistado, está quite com a Justiça Eleitoral, possui domicílio eleitoral no Paraná e é filiado ao Partido da Causa Operária – PCO, respeitando, em relação aos dois últimos requisitos, a anterioridade de 6 (seis) meses exigida na Lei nº 9.504/1997.

Não há nos autos indício de que exerça cargo público, razão pela qual, nos termos do art. 1º, VI, da Lei Complementar nº 64/1990, não incide incompatibilidade para candidatura.

O requerimento de registro de candidatura não sofreu impugnação e não foi apresentada qualquer notícia acerca da incidência de causas de inelegibilidade.

Foram juntadas as certidões criminais da Justiça Federal de 1º e 2º graus (ID 43042524 e 43042525), assim como as certidões da Justiça Estadual, também de 1º e 2º graus (43085138, 43164803, 43092213 e 43042522). Todas as certidões são negativas, estando atendida a exigência do artigo 27, III, “a” e “b”, da Resolução TSE 23.609/2019.

Segundo as informações prestadas, o candidato é civil e não ocupa cargo eletivo, sendo-lhe, pois, inexigíveis as certidões dos tribunais superiores e da Justiça Militar (artigo 27, III, “c”, da Resolução TSE 23.609/2019), em razão da inexistência de foro por prerrogativa de função.

Ademais, a fim de subsidiar a análise da eventual incidência das causas de inelegibilidade previstas pelo artigo 1º, inciso I, alíneas “d”, “g”, “h”, “j”, “l” e “p”, da Lei Complementar nº 64/1990, a Secretaria efetuou busca junto às listas divulgadas pelo Tribunal de Contas do Estado e pelo Tribunal de Contas da União, aos registros deste Tribunal (INFODIP, SADP e PJE) e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa mantido pelo CNJ, as quais, conforme se infere da informação ID 43084189, resultaram negativas em relação ao candidato.

Assim, comprovado o preenchimento das condições de elegibilidade e não identificada causa de inelegibilidade, nem por meio de impugnação ou de notícia de inelegibilidade, tampouco nas certidões acostadas e nas buscas efetuadas pela Secretaria deste Tribunal, a hipótese é de deferimento do requerimento.

Diante do exposto, conheço do agravo interno e reconsidero a decisão agravada, para o fim de **DEFERIR** o pedido de registro de candidatura de **ANTONIO CESAR GUARIZA**, para concorrer ao cargo de 2º Suplente de Senador, sob o número 290, com a opção de nome: ANTONIO CESAR GUARIZA.



Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Proceda-se às devidas atualizações no Sistema de Candidaturas.

Curitiba, *datado digitalmente*.

FLAVIA DA COSTA VIANA
Relatora

